

Água Vermelha Transmissora de Energia S.A.

**Demonstrações Financeiras
em 31 de dezembro de 2020**

Água Vermelha Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações do resultado do exercício

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado do exercício

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras





KPMG Auditores Independentes

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Água Vermelha Transmissora de Energia S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Água Vermelha Transmissora de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Água Vermelha Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 30 de abril de 2021, sem modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e

suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 09 de junho de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Milena dos Santos Rosa
Contador CRC RJ-100983/O-7

Água Vermelha Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações do resultado do exercício

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais

	Nota	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	12.048	8.295
Impostos a recuperar		23	31
Total do ativo circulante		<u>12.071</u>	<u>8.326</u>
Não circulante			
Ativo de contrato	6	77.380	15.421
Total do ativo não-circulante		<u>77.380</u>	<u>15.421</u>
Total do ativo		<u>89.451</u>	<u>23.747</u>
	Nota	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores	7	4.975	42
Tributos e encargos sociais a recolher		316	47
Dividendos		10.505	1.322
Total do passivo circulante		<u>15.796</u>	<u>1.411</u>
Não circulante			
Empréstimos a pagar	8	37.035	
Impostos renda e contribuição social diferidos	9	2.287	414
PIS e COFINS diferidos	9	2.824	562
Total do passivo não circulante		<u>42.146</u>	<u>976</u>
Patrimônio líquido	10		
Capital social		18.519	18.519
Reserva legal		1.105	139
Reserva de lucro		11.885	2.702
Total do patrimônio líquido		<u>31.509</u>	<u>21.360</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>89.451</u>	<u>23.747</u>

Água Vermelha Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações do resultado do exercício

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Receita operacional líquida	12	<u>59.696</u>	<u>8.858</u>
Custos de construção	13	(37.165)	(5.624)
Resultado operacional bruto		22.531	3.234
Despesas gerais e administrativas	14	(255)	(356)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		<u>22.276</u>	<u>2.878</u>
Resultado financeiro			
Receitas financeiras		173	236
Despesas financeiras		(1.199)	(5)
Resultado financeiro, líquido	15	(1.026)	231
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		21.250	3.109
Imposto de renda e contribuição social corrente		(46)	(67)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.b	(1.872)	(259)
Lucro líquido do exercício		19.332	2.783
Lucro líquido por ação - em Reais (R\$)	11	1,0439	0,1503

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Água Vermelha Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Lucro líquido do exercício	19.332	2.783
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Lucro líquido do exercício	<u>19.332</u>	<u>2.783</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Água Vermelha Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais

	<u>Capital social</u>	<u>Reserva legal</u>	<u>Reserva de lucros</u>	<u>Lucro acumulado</u>	<u>Total</u>
Em 31 de dezembro de 2018	4.519	-	1.380	-	5.899
Capital integralizado					
Aumento de capital	14.000	-	-	-	14.000
Lucro líquido do exercício	-	-	-	2.783	2.783
Constituição de Reserva Legal	-	139	-	(139)	-
Dividendos	-	-	-	(1.322)	(1.322)
Transferência para reserva de lucros	-	-	1.322	(1.322)	-
Em 31 de dezembro de 2019	18.519	139	2.702	-	21.360
Lucro líquido do exercício	-	-	-	19.332	19.332
Constituição de Reserva Legal	-	966	-	(966)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(9.183)	(9.183)
Constituição de Reserva de retenção de Lucros	-	-	9.183	(9.183)	-
Em 31 de dezembro de 2020	18.519	1.105	11.885	-	31.509

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Água Vermelha Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais

Fluxo de caixa das atividades operacionais	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	21.252	3.109
Ajustes para conciliar o resultado ao caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Encargos sobre empréstimos	1.035	-
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Contas a receber (ativo de concessão)	(62.007)	(9.004)
Adiantamento à fornecedores e funcionários	-	21
Tributos a recuperar	6	(31)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores e outras obrigações	4.935	36
Obrigações fiscais	2.533	122
Partes relacionadas	-	(71)
Caixa aplicado pelas atividades operacionais	<u>(32.247)</u>	<u>(5.818)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captação empréstimo	36.000	-
Integralização de capital	-	14.000
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	<u>36.000</u>	<u>14.000</u>
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	<u>3.753</u>	<u>8.182</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8.295	113
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	12.048	8.295
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	<u>3.753</u>	<u>8.182</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

1.1 Objeto social

A Água Vermelha Transmissora de Energia S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 12 de janeiro de 2017 e domiciliada na Avenida Pasteur, 110/sala 945, Botafogo, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

O objeto social é instalações de transmissão localizada no estado de Minas Gerais, compostas pelo Compensador Estático de Reativos, em 500 KV, 150/+300 Mvar, na Subestação Padre Paraíso 2, Conexões, Barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

Na prestação do serviço público de transmissão, deverão ser atendidos os procedimentos de rede e suas revisões, as cláusulas estabelecidas no contrato de prestação de serviço de transmissão, celebrado com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, contendo as condições técnicas e comerciais para disponibilizar as suas instalações de transmissão para a operação interligada.

1.3 Receita Anual Permitida - RAP

A Companhia tem até 09 de fevereiro de 2022 para finalizar a construção do empreendimento conforme previsto no Contrato de Concessão, e o investimento total previsto é de aproximadamente R\$ 93 Milhões. A Receita Anual Permitida - RAP foi determinada em R\$ 17,6 milhões (valor original) na data do leilão, com recebimento em cotas mensais. A RAP é corrigida anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPC-A e será válida por todo o prazo de operação comercial da AVT. A Companhia considera o início de recebimento da RAP a partir de abril de 2022

A companhia solicitou no ano de 2017 ao Ministério da Fazenda, junto a Secretaria da Receita Federal, o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), como titular do projeto, o enquadramento foi realizado em 29 de setembro de 2018 através do Ato Declaratório Nº 61.

Conforme requisitos do edital para o licenciamento de instalação (LI), o IBAMA emitira a autorização para construção do “bay”, uma vez que a instalação dos Compensadores Estáticos (LOTE 05) não implicará na alteração ou ampliação da área licenciada, esta atividade se enquadra no Artigo 61 da Portaria MMA 421/2011.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria Executiva, em 09 de junho de 2021.

1.4 Encargos regulamentares

Conforme instituído pelo art.13 da lei 9.427/96, concessionárias, permissionárias e autorizados, devem recolher diretamente a ANEEL a taxa anual de fiscalização, que é equivalente a 0,4% do valor do benefício anual auferido em função das atividades desenvolvidas.

A Companhia aplica anualmente em pesquisa e desenvolvimento, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria.

1.5 Impactos do COVID 19 (Corona vírus) nos negócios da Companhia

A Administração da Companhia está acompanhando os possíveis impactos do COVID 19 em seus negócios. Adicionalmente, foram avaliados os possíveis impactos em relação aos saldos, divulgados a seguir:

Diante da pandemia reportada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) relacionada à difusão do Covid-19, a Companhia adotou medidas de monitoramento e prevenção a fim de proteger seus colaboradores e comunidades em que atua, visando manter a continuidade operacional de suas linhas de transmissão e usinas, e observando as recomendações das autoridades sanitárias.

Adicionalmente, foram avaliados os possíveis impactos em relação aos saldos contábeis, divulgados a seguir:

A Companhia mitiga os riscos de volatilidade do mercado financeiro efetuando aplicações em investimentos que possuem remuneração fixa, tendo em vista seu perfil conservador.

Os negócios da Companhia apresentam receita previsível, reajustadas pela inflação e de longo prazo, assegurada pelos modelos regulatórios dos nossos segmentos de atuação, não apresentando risco de demanda. Desta forma, a administração da Companhia não considera que exista risco de realização de seus recebíveis. Não houve variação significativa na inadimplência em decorrência do COVID-19 no ano de 2020.

Com base na avaliação acima, em 31 de dezembro de 2020 e até a data de emissão dessas demonstrações financeiras, não foram identificados impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Base de elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 09 de junho de 2021.

Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo, e assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2.2 Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas informações contábeis intermediárias são mensurados pela moeda funcional da Companhia que é o Real (R\$) e foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas.

Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

(a) Julgamentos

Julgamentos considerados críticos estão relacionados aos seguintes aspectos:

- Nota explicativa 9 - Impostos Diferidos: Constituição de ativo ou passivo fiscal diferido
- Nota explicativa 6 - Ativo de Contrato: Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação de receitas de implementação da infraestrutura, ampliação, reforços e melhorias como ativo contratual.

(b) Estimativas e Premissas

Itens significativos sujeitos a estimativas incluem: critério de apuração e remuneração do ativo de contrato, além da análise do risco de crédito para determinação da provisão para perda de crédito esperada. As estimativas significativas são revistas de forma contínua e são reconhecidas prospectivamente.

3 Principais práticas contábeis

3.1 Instrumentos financeiros

a. Ativos financeiros

(i) Classificação e mensuração

Conforme o CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio do resultado (“VJR”).

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia apresenta os instrumentos financeiros de acordo com as categorias anteriormente mencionadas:

Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

Custo amortizado

Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

(ii) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)

Conforme o CPC 48 o modelo de “perdas esperadas” se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais.

(iii) Baixa de ativos financeiros

A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

b. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

3.2 Caixa e equivalente de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

3.3 Contratos de concessão de serviços públicos – ativo contratual

Os contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente – Outorgante) e a AVT regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia.

De acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui como obrigação de desempenho construir, manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essa obrigação de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente, que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão.

Com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47 / IFRS 15, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram a Companhia nesta norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como uma “Concessão do serviço público (ativo contratual)”. As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passam ser mensuradas da seguinte forma:

- (i) Reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.

Reconhecimento da receita de operação e manutenção decorrente dos custos incorridos e necessários para cumprir obrigações de performance de operação e manutenção previstas em contrato de concessão, após o término da fase de construção.

Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo contratual reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, a partir da entrada em operação, sob a rubrica Remuneração do ativo contratual, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:

- (ii) Parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à Remuneração Anual Permitida (RAP) durante o prazo de concessão. Os valores da RAP garantidas são determinados pelo Operador Nacional do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada.

Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo de concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

A estimativa do valor do ativo contrato, da receita de construção da infraestrutura, a receita de operação e manutenção e da receita de remuneração envolve o uso de premissas tais como: taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção, e a taxa de financiamento. O reconhecimento do ativo de contrato requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que a Companhia obtém o controle do ativo. A mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de desempenho satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela Administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de desempenho, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperadas em cada obrigação de desempenho identificada e as projeções das receitas esperadas. Por se tratar de contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da Companhia.

3.4 Demais ativos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.5 Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

3.6 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros implícita dos respectivos ativos e passivos.

3.7 Dividendos

A política de reconhecimento de dividendos está em conformidade com o CPC 24 e ICPC 08 (R1), que determinam que os dividendos propostos que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante. O estatuto da Companhia estabelece um

dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição de reserva legal.

3.8 Contingências

As provisões para ações judiciais (trabalhista, cível e tributária) são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a operação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

3.9 Provisão para redução ao valor recuperável (“impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos financeiros e não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. Para o exercício não houve a identificação de ativos a terem ajustes no valor recuperável.

3.10 Reconhecimento de receita

As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: Receita de Construção, Receita de Operação e Manutenção e Receita de Remuneração sobre ativo contratual, conforme detalhado na nota 3.3 Contratos de concessão de serviços públicos – ativo contratual

3.11 Despesas operacionais

As despesas operacionais são reconhecidas e mensuradas de acordo com o regime de competência, apresentadas líquidas dos respectivos créditos de PIS e COFINS quando aplicável. A companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração de Resultado por função, ou seja, segregando entre custos e despesas de acordo com sua origem e função desempenhada, em conformidade com o requerido no artigo 187 da lei 6.404/76. Os gastos realizados para implementação de infraestrutura são reconhecidos como ativo pois resultam em benefícios econômicos futuros.

3.12 Imposto de renda e contribuição social

a. Correntes

O imposto de renda é apurado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem a R\$240.000 no período de 12 meses, enquanto a contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência. Portanto, a adição ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis, ou exclusão de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos. A companhia não apresenta saldos de tributos correntes.

b. Diferidos

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes

3.13 Impostos sobre a receita

a. Impostos sobre serviços

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre serviços, exceto quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre serviços é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso.

3.14 Despesas e receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros aplicações financeiras e é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa e despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos que são reconhecidos pelo método de taxa de juros efetivos. A Companhia classifica os juros como fluxo de caixa das atividades de financiamento porque são custos da obtenção de recursos financeiros.

4. Novas normas e interpretações não efetivas:

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2020. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

- **Contratos Onerosos (alteração CPC 25/IAS 37)**
- **Imobilizado: receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16)**
- **Classificação do Passivo circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26/IAS1)**
- **Reforma da taxa de juros de referência (alteração ao CPC48/IFRS 9, CPC 08/IAS 39 e CPC40/IFRS7)**
- **IFRS 17 Contratos de Seguros**

5. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Caixa e bancos	53	26
Títulos de renda fixa CDB (i)	11.995	8.269
	<u>12.048</u>	<u>8.295</u>

(i) Refere-se a aplicações financeiras em cotas de fundo de investimento, não exclusivo, administrado pelo Banco do Nordeste (BNB Institucional FI RF), que tiveram no ano de 2020, remuneração média referenciada ao CDI de 86%. A carteira do Fundo é composta exclusivamente por títulos de renda fixa, distribuídos entre títulos públicos federais, operações compromissadas, cotas de fundos e outros títulos de instituições financeiras.

6 Ativo de contrato

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Receita de construção	55.979	8.116
Receita de remuneração	5.980	1.079
Não circulante	<u>61.959</u>	<u>9.195</u>
Acumulado	<u>77.380</u>	<u>15.421</u>

A estimativa do valor do ativo contrato, da receita de construção da infraestrutura, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração envolve o uso de premissas tais como: taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção, e a taxa de financiamento. O reconhecimento do ativo de contrato requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que a Companhia obtém o controle do ativo. A mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de desempenho satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela Administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de desempenho, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperadas em cada obrigação de desempenho identificadas e as projeções das receitas esperadas. Por se tratar de contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da Companhia.

7 Fornecedores

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Fornecedores	4.975	42

O montante de R\$ 4.976 corresponde a serviços prestados de engenharia, sendo 4.233 fornecedor GE – Grid Solutions TE Ltda e R\$ 703 fornecedor Engetecnica Engenharia e Construção.

8 Empréstimos a pagar

Credor	Encargos	Data final	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Financiamento BNB	IPCA + 1,46%	15/04/2041	37.035	-

37.035

-

Contrato de Financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil, número 5.2019.256.6131, programa PROINFRA, assinado em 05 de abril de 2019 no valor total de R\$ 71.941.015,23. O primeiro saque foi de R\$ 36.000.000,00 em 17 de setembro de 2020. Recursos captados com objetivo de implementar a linha de transmissão. Em 31 de dezembro de 2020, inexistiu evento de vencimento antecipado da dívida relacionado a cláusulas restritivas (“Covenants”).

8.1 Amortização da dívida

A seguir demonstramos o vencimento das parcelas do financiamento (principal e encargos):

Ano	BNB Principal	BNB Juros	Total
2021	-	-	-
2022	87.486	73.133	160.619
2023	740.985	65.444	806.429
2024	990.433	63.349	1.053.783
2025	1.107.951	63.047	1.170.998
2026 a 2041	33.073.144	769.866	33.843.010
Total	36.000.000	1.034.839	37.034.839

9 Impostos diferidos

	31/12/2020	31/12/2019
Imposto de Renda Diferido	1.452	248
Contribuição Social Diferida	835	165
PIS diferido	502	100
COFINS diferido	2.322	463
Total	5.111	976

O diferimento dos PIS e da COFINS é relativo às receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo da concessão apurada sobre o ativo financeiro e registrado conforme competência contábil. O recolhimento ocorre à medida do efetivo recebimento, conforme previsto na Lei nº 12.973/14 e pela interpretação técnica ICPC 01 (IFRIC 12).

a) Abaixo demonstramos a movimentação no exercício:

	31/12/2019	Adições	31/12/2020
Imposto de Renda Diferido	248	1.204	1.452
Contribuição Social Diferida	165	670	835
PIS diferido	100	402	502

Água Vermelha Transmissora de Energia S.A.
Demonstrações Financeiras
em 31 de dezembro de 2020

COFINS diferido	463	1.859	2.322
Total	976	4.135	5.111

b) Movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos:

	31/12/2020	31/12/2019
Receita de construção	55.979	8.116
Receita de remuneração	5.980	1.079
Receita financeira	173	236
Total receita	62.132	9.431
<u>Receita não realizada</u>	-	-
Receita de construção	55.979	8.116
Ativo financeiro	5.980	1.079
Outras Receitas/Ajustes		
Total	61.959	9.195
Presunção IRPJ - 8%	4.957	735
Presunção CSLL -12%	7.435	1.103
IRPJ - 15%	(744)	(110)
Adicional - 10%	(471)	(49)
Total IRPJ diferido	(1.215)	(159)
Total CSLL diferida - 9%	(669)	(100)
Total IRPJ e CSLL diferidos	(1.884)	(259)
Ajuste provisão exercícios anteriores	12	
Total IRPJ e CSLL diferidos	(1.872)	(259)

c) **Movimentação do pis e da cofins diferidos:**

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Receita de construção	55.979	8.090
Receita de remuneração	5.980	1.079
Receita financeira	173	236
Total receita	62.132	9.405
<u>Receita não realizada</u>	-	-
Receita de construção	55.979	8.090
Ativo financeiro	5.980	1.079
Total	61.959	9.169
PIS - 0,65%	403	60
COFINS - 3,00%	1.859	275
Total IRPJ e CSLL diferidos	2.262	335

10. Patrimônio Líquido

Capital Social

O capital social integralizado até 31 de dezembro de 2020 e 2019 é representado somente por ações ordinárias:

	<u>31/12/2020</u>			<u>31/12/2019</u>		
	Quantidade de ações	R\$ mil	% do capital social	Quantidade de ações	R\$ mil	% do capital social
Vinci Infra Co investimentos	7.407.700	7.408	40%	7.407.700	7.408	40%
Vinci Infra Transmissão	11.111.301	11.111	60%	11.111.301	11.111	60%
	18.519.001	18.519	100%	18.519.001	18.519	100%

Reserva Legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até atingir o limite de 20% do capital social, fixado pela legislação societária.

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Lucro líquido do exercício	19.332	2.783
Reserva legal – 5%	(966)	(139)

Reserva de retenção de lucros

Essa reserva é constituída com o saldo remanescente do resultado ajustado, com a finalidade de futura incorporação ao capital social e/ou distribuição aos acionistas. O saldo desta reserva, em conjunto com as demais reservas de lucros, não poderá ultrapassar o capital social, sob pena de capitalização ou distribuição do excesso, tendo em vista o previsto na Lei 11.638/07.

Dividendos

Aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76 e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral.

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Lucro líquido do exercício	19.332	2.783
Reserva legal – 5%	(966)	(139)
Base de cálculo de dividendos	18.366	2.644
Alíquota	50%	50%
Dividendos propostos	<u>9.183</u>	<u>1.322</u>

11. Resultado por ação

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Lucro líquido do exercício	19.332	2.783
Lucro líquido por ação	1,0439	0,1503

12. Receita Operacional líquida

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Receita Bruta		
Receita de construção	55.979	8.116
Receita de remuneração	5.980	1.079
	<u>61.959</u>	<u>9.195</u>
(-) Deduções		
PIS e COFINS diferidos	(2.263)	(337)
Receita Líquida	<u>59.696</u>	<u>8.858</u>

13. Custos de construção

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Serviços de Terceiros	32.624	1.078
Remuneração de Pessoal	15	-
Seguros	133	5
Tributos	1.015	-
Adiantamentos a Fornecedores	2.455	4.539
Outros custos	923	2
	<u>37.165</u>	<u>5.624</u>

14. Despesas gerais e administrativas

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Despesa com serviços profissionais	226	326
Pessoal	15	29
Seguros	14	-
Despesa com impostos e taxas	-	1
	<u>255</u>	<u>356</u>

15. Resultado financeiro, líquido

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Tarifas, Multa e Juros	(164)	(2)
Atualização monetária e IOF	(1.035)	(3)
Despesas financeiras	<u>(1.199)</u>	<u>(5)</u>
Receitas sobre aplicação financeira	173	236
Receitas financeiras	<u>173</u>	<u>236</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(1.026)</u>	<u>231</u>

As despesas financeiras são constituídas por tarifas de análise de crédito para estudo dos projetos de infraestrutura, e aprovação de operação de financiamento.

16. Seguro

Modalidade	Importância segurada - R\$	Período de vigência
Seguros- garantia	9.738.800	09 de fevereiro de 2017 até 06 de novembro de 2022

(*) Esse contrato de seguro garante o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo tomador perante o segurado, conforme os termos da apólice e até o valor da garantia e de acordo com as modalidades e coberturas adicionais expressamente contratadas, em razão de participação em licitação, em contrato principal pertinente a obras e serviços, inclusive de publicidade, compras, concessões e permissões no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios, ou, ainda, as obrigações assumidas em razão dos seguintes itens:

- a) Processos administrativos.
- b) Processos judiciais, inclusive execuções fiscais.
- c) Parcelamentos administrativos de créditos fiscais, inscritos ou não, em dívida ativa.
- d) Regulamentos administrativos.

Encontram-se também garantidos por esse contrato de seguro os valores devidos ao segurado, tais como multas e indenizações, oriundos do inadimplemento das obrigações assumidas pelo tomador, previstos em legislação específica, para cada caso.

Não é parte do escopo do auditor independente a avaliação da adequação das coberturas de seguros contratados pela Administração da Companhia.

17. Remuneração da administração

Em 31 de dezembro de 2020, a remuneração da Administração, que contempla a Diretoria Executiva, totalizou R\$ 15. Em 31 de dezembro de 2019, a remuneração da Administração, que contempla a Diretoria Executiva, totalizou R\$ 29. Sendo pró-labore e benefícios variáveis. A remuneração da Administração está registrada na rubrica “Despesas operacionais” como “Despesas com pessoal”. A abertura dos saldos está apresentada a seguir:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Pró-labore	13	24
Encargos sociais e benefícios	2	5
	<u>15</u>	<u>29</u>

18. Gestão de risco financeiro

Em 31 de dezembro de 2020, os instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial são como segue:

Ativos mensurados pelo custo amortizado	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e equivalentes de caixa	53	26
Aplicações financeiras	11.995	8.269
Passivos mensurados pelo custo amortizado	31/12/2020	31/12/2019
Empréstimos e financiamentos	37.035	-
Fornecedores	4.975	42

A administração dos instrumentos financeiros da Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia classifica os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC 46:

- **Nível 1** – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;
 - **Nível 2** – preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e
 - **Nível 3** – ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.
- O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

Os instrumentos financeiros da Companhia, constantes do balanço patrimonial, estão classificados hierarquicamente no nível 2 e apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado.

Os saldos contábeis dos instrumentos mensurados ao custo amortizado se aproximam de seu valor de mercado.

18.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia as expõem a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de capital, risco de mercado e risco de liquidez.

a) Risco de crédito

Salvo pelas contas a receber (ativo da concessão) e aplicações financeiras com bancos de primeira linha, a Companhia não possui outros saldos a receber de terceiros contabilizados no período. Por esse fato, esse risco é considerado baixo.

A RAP de uma empresa de transmissão é recebida das empresas que utilizam sua infraestrutura por meio de Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão - TUST. Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários do Sistema Integrado de Transmissão SIM de alguns valores específicos, a RAP de todas as transmissoras, os serviços prestados pelo ONS e os encargos regulatórios.

O Poder Concedente delegou às geradoras, às distribuidoras, aos consumidores livres, aos exportadores e aos importadores o pagamento mensal da RAP, que, por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, se constitui em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro; desse modo, o risco de crédito é baixo.

b) Risco de capital

A Companhia administra seu capital para assegurar a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

c) Risco de mercado

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas.

A Companhia não pactuou contratos de derivativos para fazer “hedge” contra esses riscos; porém, estes são monitorados pela Administração, que periodicamente avalia a exposição da Companhia propõe estratégia operacional, sistema de controle, limite de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não praticam aplicações de caráter especulativo nem outros ativos de risco. O principal risco de mercado ao qual a Companhia está exposta é o seguinte:

- Risco relacionado às taxas de juros

A Companhia aplica substancialmente seus recursos em títulos de renda fixa, sendo a maior parte destes alocada em CDBs e em títulos privados substancialmente lastreados em CDBs. Os saldos que apresentam risco de taxas de juros são: caixas e equivalentes; e títulos e valores mobiliários.

d) Risco de liquidez

A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Administração da Companhia, que gerencia o risco de liquidez de acordo com as necessidades de captação e gestão de liquidez de curto, médio e longo prazos, mantendo linhas de crédito de captação de acordo com suas necessidades de caixa, combinando os perfis de vencimento de seus ativos e passivos financeiros.

19. Compromissos

A Companhia não reconhece nenhum compromisso em 31 de dezembro de 2020.

20. Contingências

A Companhia não reconhece nenhuma contingência em 31 de dezembro de 2020.

21. Partes relacionadas

A Companhia não mantém saldo referente a Partes relacionadas em 31 de dezembro de 2020.

* * *

Diretoria executiva

Ana Paula Pousa Bacaltchuc De Salles Fonseca
Diretora Financeira

Vagner Alexandre Serratto
Diretor de Operações

Responsável técnico pelas demonstrações financeiras

Leandro Barbalho de Brito
Contador CRC-RJ 092.334/O-9
